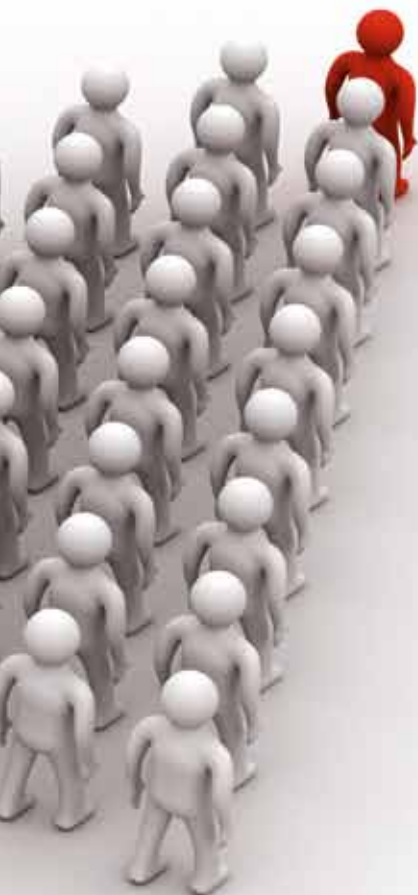


O planejamento educacional



Benjamin Ribeiro*





©Sergey Ilny/PhotoXpress

enviado pelo Governo Federal, que em seguida segue para o Senado e mais tarde retorna para nova apreciação da Câmara, antes de seguir para a sanção presidencial.

Reafirmo, como já fiz várias vezes, que um planejamento educacional não pode ter prazo tão curto, porque um projeto dessa magnitude só se consolida com 20 ou mais anos de execução, ou seja, toda uma geração. Infelizmente, os planos educacionais são tratados como metas de governo e não de Estado. Troca-se o presidente ou o ministro, e todo o programa é deixado de lado e novas metas são estabelecidas. Sem contar que o atual plano foi debatido e elaborado ainda na gestão do presidente Lula e, até entrar em execução, passaram-se três anos do governo Dilma. Assim, não será mais um planejamento para dez anos, e sim para sete.

Durante a votação do projeto, o relator, deputado Angelo Vanhoni (PT-PR), aumentou a meta de investimentos que constava no texto original, de 7,5% para 8% do Produto Interno Bruto (PIB). Isso significa um aporte de novos R\$ 25 bilhões para o setor até o fim da execução do PNE. Atualmente, o País investe 5,1% do PIB em educação pública. Outra novidade aprovada no texto final da lei é a criação de um gatilho para elevar a 10% do PIB os gastos de prefeituras, governos estaduais e federal com educação. A fonte de receita para esse gatilho dependerá do desempenho do País na produção e comercialização do petróleo extraído do pré-sal.

Como se vê, discute-se muito o quanto gastar em educação, sem pensar em um bem elaborado

projeto de gestão que consiga melhorar as condições do ensino e as tristes estatísticas que nos colocam sempre em patamares bem inferiores aos de outros países. Como exemplo, podemos citar que nas escolas brasileiras o aluno é promovido de série sem que tenha tido acesso a todo o conteúdo previsto. Dados da Prova Brasil 2009 mostram que 75% dos professores desenvolvem menos de 80% do que deveria ser trabalhado no ano. Na avaliação de especialistas, isso reflete a formação precária dos docentes e a falta de apoio pedagógico das escolas públicas, passando pela implementação de um currículo nacional com metas específicas de aprendizagem.

Milhões de adolescentes são jogados todos os anos no mercado de trabalho totalmente despreparados, sem nenhuma perspectiva social e econômica, mostrando realmente que falta gestão, e não verba.

Finalmente, entendo que um bom planejamento educacional deveria contar com a participação de toda a sociedade. As bases do PNE, agora aprovado pela Câmara Federal, foram debatidas durante a Conferência Nacional de Educação, que reuniu 2 mil participantes em 2010, sem nenhum representante da escola particular. Não pudemos colaborar com a nossa experiência, e só queremos contribuir para o bom andamento desse importante segmento da nação brasileira. ■

*Presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino no Estado de São Paulo (Sieeesp)

benjamin@einstein24h.com.br

Depois de 17 meses em tramitação, a Câmara Federal aprovou, no dia 14 de junho, o Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelece metas e diretrizes para a política educacional do País nos próximos dez anos. Enviado ao Congresso em 2010, o projeto recebeu aproximadamente 3 mil emendas parlamentares. Embora já aprovado, ainda resta votar os destaques do projeto de lei